

Nicolo Zingales, Marina Lucena,
Giovanna Milanese, Leandro Léo Rebelo
e Henrique Almeida Bazan

PLATAFORMAS DIGITAIS E REGULAÇÃO DE RISCOS SISTÊMICOS

Prefácio: Victor Oliveira Fernandes

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

2.6 Diferentes posturas na regulação de risco sistêmico: o caso da proteção de crianças e adolescentes	62
2.7 Avaliação de risco e regulação de sistemas de IA: enfoque em riscos sistêmicos	74
2.7.1 Categorias de risco na regulação de IA	76
2.7.2 A construção do risco sistêmico e os modelos fundacionais no AI Act	78
2.7.3 Avaliações de impacto e risco em IA: quem faz, como, quando e qual o conteúdo	79
2.7.4 Comparativo crítico entre AI Act e PL 2338	82
2.7.5 Risco e responsabilidade nos códigos de boas práticas: GPAI Code of Practice	85
2.7.6 Lições para o futuro sobre IA e os impactos em direitos fundamentais.....	88
2.8 Empoderamento de pesquisadores para controle regulatório.....	90
2.8.1 Acesso a dados de plataformas digitais por pesquisadores	92
2.8.2 Scraping de dados	96
2.8.3 Repositórios ou bibliotecas de anúncios nas plataformas	99
2.8.4 DSA e a as decisões motivadas de moderação de conteúdo.....	101
2.8.5 Lições para o Brasil.....	103
3 Riscos no Brasil	105
3.1 Panorama geral sobre a regulação de riscos no Brasil.....	105
3.2 Responsabilidade civil por riscos: requisitos e jurisprudência no Brasil.....	115
3.3 Riscos e plataformas digitais: análise de jurisprudência brasileira	122
3.4 Riscos nos <i>marketplaces</i> e a jurisprudência brasileira.....	126
3.5 Riscos, plataformas digitais e seguros	128
3.6 Riscos e responsabilidade civil no projeto de Código Civil	130
3.7 Riscos e riscos sistêmicos nos projetos de lei brasileiros de regulação de plataformas.....	139

3.8 A necessidade de uma legislação específica para impor obrigações detalhadas de análise prévia de risco para as plataformas digitais no Brasil	142
4 Panorama atual e contribuições sobre os riscos sistêmicos	153
4.1 Categorias de riscos sistêmicos na atualidade	153
4.1.1 Riscos associados à difusão de conteúdos ilegais (crimes e produtos ilegais).....	154
4.1.2 Efeitos negativos sobre direitos fundamentais (liberdade de expressão e informação, proteção de dados e cibersegurança)	166
4.1.2.1 Concretização de riscos sistêmicos: como medir seu impacto no exercício de direitos fundamentais?	167
4.1.2.2 Análise de riscos nos direitos humanos: desafios e perspectivas.....	173
4.1.2.3 Riscos sistêmicos e as categorias de direitos fundamentais	178
4.1.3 Efeitos negativos reais ou previsíveis nos processos democráticos, no discurso cívico e nos processos eleitorais, bem como na segurança pública	194
4.1.4 Riscos para a saúde pública e bem-estar físico e mental das pessoas e violência de gênero	199
4.2 Análise dos relatórios de riscos das plataformas	207
4.3 Reflexões sobre os relatórios publicados	222
5 Relatórios de auditoria: exigência no digital services act e aplicação prática.....	231
5.1 Histórico e origem das auditorias.....	231
5.2 Criando as regras do jogo - Guia sobre auditoria da Comissão Europeia.....	238
5.3 Análise dos relatórios das auditorias produzidos sob o DSA.....	249
5.4 Auditorias independentes em IA e plataformas digitais: lições cruzadas entre o AI Act e o DSA	252

6 Conclusões e recomendações	257
6.1 Conclusões gerais.....	257
6.2 Recomendações e aprimoramentos necessários nos relatórios de riscos sistêmicos produzidos pelas empresas.....	260
6.3 Recomendações para os relatórios de auditoria e para a sua regulação	271
6.4 Lições da regulação de IA para a avaliação de riscos sistêmicos no DSA	274
6.5 Caminhos para uma regulação substantiva e eficaz de risco sistêmico	277
6.6 Arquitetura institucional das avaliações de risco: lições para o Brasil.....	279
6.7 A escolha entre regulação <i>ex ante</i> e <i>ex post</i>	282
Referências.....	289
Anexo 1: Riscos e medidas de mitigação nos relatórios atuais	335
Material complementar.....	361